

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA NEGRA

Vera Rosane Rodrigues de Oliveira – UFRGS/PPGEDU

8 – Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais)

Resumo: Problematizar a contribuição das organizações negras através do combate ao racismo e da discriminação racial tendo como eixo o trabalho enquanto princípio educativa. A necessidade de qualificação do sujeito social negro que vê na educação papel primordial para sua invenção social e de organização na sociedade de classes. Trazer o diálogo das mais das quase 5 mil Comunidades Remanescentes de Quilombos e sua conquista do direito da constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola tendo como relevância sua tradição histórica e cultural e de resistência da luta negra no país como processo de inserção social e visibilidade no combate as ideologias racistas. Bem como, propiciar a necessidade do estranhamento da lógica eurocentrica do conhecimento transmitido socialmente que dissocia o saber produzido pelos negros e sua contribuição histórica na sociedade. Por fim salientar a preponderância política do surgimento de quadros dirigentes negros em um país onde mais de 50% da população é negra e não se identifica com o conjunto da classe trabalhadora devido ao processo de discriminação impelido pela alienação capitalista.

Palavras chaves: Organização, Trabalho, Educação, Quilombos e Luta de Classes

Educação quilombola desafios e perspectivas na organização da luta negra

Este artigo tem duas preocupações fundamentais, uma que retrata a importância do movimento social negro através de suas organizações, sejam elas políticas, de assistências sociais, culturais, religiosas e outras. Visto que se tem no Brasil segundo o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade - CEERT, mais de 700 organizações do Movimento Negro e conforme os dados oficiais seja da Fundação Cultural Palmares ou da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, se tem quase cinco mil Quilombos no país. Assim apresento a experiência de articulação vivida nos Quilombos de Casca em Mostardas/RS, da Família Silva em Porto Alegre/RS e do Jaó em Itapeva/SP como relevantes ao combate à discriminação racial.

O segundo ponto é a pertinência do Movimento Negro Organizado que tem privilegia como um dos eixos central de suas reivindicações à educação enquanto forma de mudança das idéias do racismo.

Durante os anos de 1996 e 1997 coordenei na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS o Projeto multidisciplinar de Extensão/Ensino/Pesquisa intitulado Convivência Verão que tinha como foco o resgate histórico cultural para constituição de laudo antropológico em uma Comunidade Remascente de Quilombo chamada Casca em Mostardas, esta vivencia que ocorreu na casa dos Quilombolas e na escola onde os adultos se alfabetizavam com a parceria do Sindicato Rural da Região propiciou a problematização dos elementos de racismo presentes em aula. Uma das questões mais gritantes neste diagnóstico era além da posição ocupada pelos negros quilombolas no espaço físico da aula o trato cotidiano no silenciamento de suas falas.

Em 2004 através da Faculdade de Educação da Universidade fui convidada pela Prefeitura de Tavares em São Paulo para organizar ação junto a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Educação no Quilombo de Jaó e para os Professores da Rede Municipal da cidade. Ação esta que constava de um Seminário de Promoção da Igualdade Racial e da Relevância da Educação Quilombola no Município. Ao entrar em contato com os hábitos culturais dos quilombolas, dialogar com os Professore/as da escola que se localiza dentro do quilombo, observei a perspectiva da singularidade de que as idéias de inferioridade trazidas pelo racismo em grande parte permanecem por um lado pela própria questão de classe do que significa

a discriminação racial, e por outro, a absoluta falta de informação e discussão da ideologia incutida pelo preconceito racial.

Por último em 2010 acompanhei como militante do movimento negro o processo de organização do Quilombo Urbano da Família Silva no Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro Quilombo Urbano a ser reconhecido e titulado no país. Neste processo de militância como educadora organizei conjuntamente com a Frente em Defesa dos Quilombos o Seminário sobre a Lei 10639 que contou a participação de quilombolas, militantes do movimento negro organizado, educadores populares, professores da rede Estadual de Educação, bem como alunos e professores da UFRGS. Esta atuação reafirma as análises que venho construindo de que para avançar no combate ao racismo e a discriminação racial além da organização dos segmento negro em sua perspectiva classista a educação tem papel primordial e emblemático.

Todos os fatos descritos consubstancia este artigo e reafirmam a necessidade das Diretrizes Curriculares para Ensino da História da África, e dos Negros no Brasil bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola reivindicação e preocupação histórica do Movimento Social Negro como combate a ideologias racistas.

Caminhos da Diferença – Constituição histórica da dominação racial no trabalho e na educação

Com a conotação de que o racismo se constituiu ideologicamente e se pauta na discriminação racial para criar as desigualdades de oportunidade e de acesso que dão origem as mais variadas formas de exploração social, e que se apresentam tanto no campo econômico quanto no político-jurídico, social, cultura e educacional. Nos remetendo assim a análise da educação como parte de um processo ideológico de manutenção da hegemonia econômica e racial eurocentrica, a qual através de uma nova ordem contra hegemônica permite as bases para uma sociedade em que tenha como signo a diversidade e a igualdade.

Pois como salienta Lia Faria em seu artigo intitulado O papel da Escola no Processo de reversão (ou eliminação) da exclusão social (1996, p. 9-10):

Longe de ser uma pratica desinteressada e neutra, a educação é um importante instrumento de reprodução social, impondo ao educando o modo de pensar considerado correto, a maneira "científica", "racional", "verdadeira" de se entender e explicar a sociedade, a família, o trabalho, o poder, bem como os modelos sociais de comportamento, as formas tidas como corretas de se comportar na família e no trabalho, de se relacionar com Deus, a autoridade, o sexo oposto, os "subalternos", etc.

Esta característica de reprodução de comportamentos trazida por Faria é significativo, contudo a postura de mudança também necessita ser observada, pois o movimento social negro ao optar como forma de reorganização da luta a educação, aposta na mesma como instrumento possível à mudança de mentalidade. Segundo Giroux (1988, p. 32), "a escola é uma das esferas públicas, juntamente com as associações de classe, sindicatos e partidos, isto é, espaços onde a sociedade discute e procura soluções para os seus problemas coletivos".

As organizações negras a muito já entenderam isso. Mesmo antes do final da escravidão o Estado Brasileiro enquanto Instituição, já tinha a preocupação de determinar os critérios de acesso ou possibilidades aos negros na escola.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro 1854 – proíbe nas escolas públicas do país a admissão de escravos, e prevê a instrução de adultos negros dependendo da disponibilidade do professor. Ainda, o Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelece que os negros só podiam estudar no horário noturno. Teve-se ainda neste período a Lei Eusébio de Queirós, que

aboli o tráfico negreiro no Brasil, e ao mesmo tempo a Lei que regulamenta a posse e venda de terras em 1850.

Se observa assim, que a desigualdade entre brancos e negros não se deu de forma particularizada e individualizada, pelas potencialidades dos sujeitos. Mas se materializa por vias institucionais da Corroa Real.

Segundo Gohn (1995, p. 42), “as revoltas eram constantes, sendo a da Bahia uma das mais significativas. O apoio à causa da abolição começava a aparecer, vindo a ser transformado nas décadas seguintes na principal questão do país”. A história oficial nos induz a crer que as lutas negras nunca se deram de forma organizada, no entanto se pode citar apenas um dos vários exemplos que retrata o quanto é necessário se re-estudar a história, ou seja, em 1857, apenas 30 anos antes da abolição da escravidão, se teve no Rio de Janeiro a primeira Greve de Escravos-operários do Brasil, Gohn (ibid).

Este fato é significativo, uma vez que, a maioria dos acadêmicos, bem como os militantes sindicais no país, reconhecem as lutas organizadas a partir do anarco-sindicalismo, ou seja, do ingresso da imigração Italiana.

Problematizar estes elementos dão sentido as indagações levantadas pelo Professor Cunha Junior, *de que a produção acadêmica, produzida conta apenas a história dos eurodescendentes, seja pelos setores mais reacionários ou progressivos da intelectualidade*. Ou como ainda expresso pelo militante trotskista, James Cãnon (2000, p. 03):

O movimento socialista anterior [...] jamais reconheceu a necessidade de um programa especial para a questão do negro. Esta era considerada pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre os operários e os capitalistas, a idéia era que não se podia fazer nada sobre os problemas especiais da discriminação e desigualdades antes da chegada do socialismo.

Dialogar com essas dimensões me reporta ao retratado pelas alunas negras cotistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial pela Tatiana, que me disse em uma entrevista: *o racismo é anterior ao capitalismo e posterior ao socialismo*. As organizações negras de uma forma intuitiva, já haviam percebido isto ao longo do processo histórico.

Trilhar o caminho constituído pelo movimento negro até a formulação de que o Estado tem papel emblemático, através das políticas públicas e ações afirmativas como forma de reparações aos crimes da escravidão, dão a dimensão necessária as Cotas, a Lei 10639, as Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola, sem desqualificar a essência da luta de classes a

ser travada entre aqueles que como os negros vendem sua força de trabalho no sentido marxista mais estrito desta concepção. Pois em 2001 na Conferência Internacional Contra o Racismo, a Discriminação, a Homofobia e todas as formas de Intolerância, Correlatas, em Durban, na África do Sul, onde o racismo foi reconhecido como Crime que Lesa a Humanidade, é preponderante para se perceber a possibilidade da mudança estrutural das condições de desigualdade vividas pelos negros, só que isto não basta para mudar sua condição social de exclusão na sociedade capitalista.

A política de cotas em sua formulação atual é um anseio da história contemporânea, no entanto, tem suas raízes desde as associações de ajuda mútua do início do século XIX, passando pela Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978 até a configuração da Lei de Cotas em 2001, ou implantação da Lei 10639 e as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola por si são fatores aceitos pela hegemonia dominante da sociedade.

Com isto, lançar um olhar mais cauteloso sobre as formas que a dominação de classe assume para institucionalizar as lutas anti-racistas, criando os paradoxos e antagonismos de classe, entre as demandas do movimento, a implementação das políticas públicas e ações afirmativas e a forma que o conjunto da sociedade vê, entende e analisa este processo é papel da educação onde os espaços não formais (de luta e organização social) são sujeitos atuantes.

Entender a lógica destes espaços negros, seus expoentes culturais/artísticos/religiosos como agentes políticos na busca pela igualdade racial em especial no mundo do trabalho e na educação, e mais compreender o processo educativo

que esta luta traz em seu cerne, como o de conscientização da condição de igual, uma sociedade que é marcada pelas desigualdade enquanto possibilidade de conjugação com a diferença ante a desalienação, é romper com a lógica viciada da discriminação e proporcionar a educação a possibilidade de desempenhar seu papel transformador.

O papel educativo da luta negra inferindo no papel social da educação, é contribuir no processo de desalienação em que o capitalismo submete a todos de uma forma indistinta, criando a divisão dos próprios trabalhadores, seja, pelas questões de exploração de classe através de salários e condições de trabalho diferenciadas, entre negros e brancos, homens e mulheres, seja pelas possibilidades de acesso aos recursos institucionais, como escolas, universidades, a terra, o direito ao trabalho e outros.

Pois, tanto as relações sociais de produção, como a escola educam o trabalhador para divisão, e essa condição é que permite que o conhecimento científico e o saber prático sejam distribuídos desigualmente, também não nos permite ver que o centro da construção das relações sociais é o trabalho, e este tem intrínseco um princípio educativo que rege a lógica da organização social.

Assim o dito Marx da Crítica da Economia Política, “os inícios na ciência são sempre difíceis”, tendo como base essa dificuldade, trago a educação não apenas em seu aspecto formal, mas dialogo com os processos educacionais do trabalho enquanto princípio educativo. Ou seja, as organizações negras assumem no fazer e refazer de suas lutas anti-discriminatórias, os mecanismo de inserção no mundo do trabalho, e ao refazerem-se enquanto organização vejo reforçada essa idéia. Ou como o expresso nas palavras de Gramsci (1982, p. 119):

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos “orgânicos”: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar resoluções inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente... Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia da carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos... Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concreta de administração das atividades praticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas...

Esse processo que inicialmente se deu enquanto tendência necessária da produção industrial e que engloba toda vida em sociedade, demonstra não só o caráter orgânico da educação e do mundo do trabalho, mas as diferenciações nas organizações sociais. Fazendo desta forma no processo de ação e interação que surjam quadros especializados que refletem a oxigenação das próprias organizações.

Aqui temos o paradoxo da premência da qualificação da mão-de-obra negra ao mundo do trabalho e do reconhecimento histórico não apenas de suas tradições ou culturas, mas da valorização do seu saber e fazer no mundo do trabalho. Desta forma trazer a experiência da organizações Quilombos como forma de resistência cultural “marginalizada” socialmente e ao mesmo tempo a pertinência da introdução do sujeito social negro como possuidor de um saber a ser potencializado e valorado tanto na escola através da educação como no produção é uma das primeiras barreiras a ser vencida.

No entanto, como qualificar uma mão-de-obra que é invisibilizada? Ou mesmo, em uma sociedade de classes que tem como centro a exploração da mão-obra a qual se quer abolir a exploração, dominação e discriminação, qual é o sentido desta qualificação?

Examinar estas interrogações nos remete a pensar a condição estrutural do negro na sociedade e assim a pensarmos alternativas a esta problemática mesmo sabendo que a educação tem boa contribuição neste processo, mas que a alternativa narrada por lutares e teóricos de esquerda aponta para a busca da transformação estrutural da sociedade de classes. Contudo, não será neste artigo que desenvolverei mais afundo esta dimensão, pois problematizo neste momento os elementos que podem unificar a própria classe em luta, ou seja, a possível ruptura dos fracionamentos trazidos pela discriminação racial entre trabalhadores brancos e negros. Fracionamento este que infelizmente cria condição de superioridade mesmo entre sujeitos na mesma condição de classe.

Caminhos da Diferença - Racismo se combate com Raça e Classe

Em 5 de junho de 2011 foi aprovado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), Secretaria de Educação Básica (MEC/SEB) e Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, a qual ainda não foi homologado. Esta aprovação foi precedida por 3 audiências públicas entre representação das comunidades quilombolas, gestores docentes, estudantes, movimentos sociais, fóruns estaduais e municipais de educação de educação e diversidade étnico – racial, pesquisadores e pessoas interessadas no tema, conforme relatório do MEC, ocorridas em Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, em 05 de agosto de 2011, com cerca de 368 pessoas, São Francisco do Conde, Estado da Bahia, no dia 30 de setembro de 2011, com a presença de 433 pessoas e em Brasília, Distrito Federal, no dia 7 de novembro de 2011, que contou com 110 pessoas.

A aprovação das Diretrizes Curriculares está pautada na deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), em atendimento ao Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e à Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e tendo em vista a Indicação CNE/CEB nº 2/2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. É importante enfatizar que CONAE no processo das Conferências Regionais para sua elaboração, antes da Conferência Nacional que o instituiu dividiu as opiniões da comunidade escolar e das organizações de classe a cerca do processo de sua democracia interna e do conteúdo apresentado pelo governo como proposta de discussão. E o resultado deste enfrentamento e de sua formulação que baliza as Diretrizes da Educação Quilombola.

Surge assim a Diretriz Curricular da a qual irá normatizar a educação para os Quilombolas. É preciso ainda incluir mais uma informação no cenário político de homologação desta reivindicação, ou seja, em 2010 é aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial que organiza e prevê a forma a qual se trata a questão negra no país. O interessante deste mecanismo criado é que não prevê recursos para titulação das Terras de Quilombo, ou para Cotas nas Universidades, ou mesmo para implementação da Lei 10639 e da educação Quilombola. Mostrando-nos que o Estado que da com uma mão tira com outra, pois não cria condições viáveis para aplicabilidade das políticas que estabelece.

Analisar este processo e sua interação com o fazer educativo próprio desta cultura é um dos aspectos que necessita ser abordado. Pois aqui não se trata do trabalhador em geral o qual já está interado a sociedade, mas sim, do trabalhador negro, que por pertencer a uma cultura própria, que historicamente foi negado o seu acesso a educação e incluído à sociedade sob uma lógica de exclusão (Kuenzer) e que é discriminado e visto como ser “inferior” até mesmo por seu “ente” de classe, o trabalhador branco.

Eis aqui o nó fulcral da interrogação à necessidade de romper as barreiras do racismo para qualificação da mão-de-obra para o mercado – a educação – e a luta contra a exploração e racismo pelas organizações negras e seus quadros políticos dirigentes em uma sociedade de classes.

O capitalismo de sua parte na busca da potencialização do capital não vê raça, etnia ou sexo, mas usa destas distinções para manter sua exploração. A classe necessita ir além dos preconceitos, das opressões raciais ou machistas para atuar como classe. E os trabalhadores não se vêem presos ou alienados frente a estas distinções.

Por outra via é precisa ser mais uma vez incorporado no mundo do trabalho à mão-obra negra para se tornar sujeito efetivo da classe, com quadros seus quadros políticos dirigentes e sujeitos protagonistas de sua luta, principalmente no Brasil onde mais de 50% da população é negra. Todavia a relação estabelecida nesta interação desencadeada nas lutas concretas e cotidianas dos negros, ao se relacionarem configuram formas conflituosas, uma vez que, parece aos trabalhadores brancos, em especial a seus quadros dirigentes uma “tutela” e não o ajuste de uma relação institucional discriminatória criada historicamente.

Segundo Gramsci, (1982, p. 119): “O tipo tradicional do “dirigente” político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal [...]” As organizações e os dirigentes negros ao interagirem a nova organização social pos escravidão, pos organização do mundo do trabalho através da industrialização, ou no processo de globalização, demandando lutas específicas para a inserção nesta nova realidade, também, refletem através da apropriação de novos hábitos uma nova forma de organização.

Ter a percepção do principio educativo do trabalho, enquanto processo intrínseco aos programas de luta das organizações negras, é o fio condutor neste dilema, porque “*cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura que assumem a função de instituições pós-escolares*”, Gramsci (ibid.).

Desta forma, materializar a possibilidade de uma contra-cultura racialmente dominando a eurocentrica, as próprias organizações negras é quem devem produzir seus quadros dirigentes, ou em termos “Gramscinianos”, seus intelectuais orgânicos. E nessa perspectivas se ter um grande número de negros e índios nas instituições formais de ensino, em especial nas universidade, escolas, nos quilombos e condição fundante. Pois, só assim, o saber produzido academicamente será questionado para incorporar as diferenças sócio-racial da sociedade.

Decorrente desta condição é ter a nitidez do processo colocado para o trabalhador negro em combate as estruturas racistas na manutenção do parâmetro social vigente. Não que isto apenas os coloque em condição de desalienação frente ao vetor de dominação, no entanto, propicia condições de estranhamento e de unidade com o conjunto da classe. Então, como diz Santos (1997, p. 15) “Somente a Historia nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias”, que, para negros e trabalhadores em geral, só perpetua sua condição de miserabilidade.

Em nosso caso, observar como se dá a aplicabilidade destas novas idéias e realidades, implica em ressignificar o contexto social no qual se inserem os militantes e trabalhadores negros, chegando a ser, em um determinado momento, os intelectuais orgânicos de uma contra-hegemonia, e ver na educação uma alavanca importante na organização desta nova mentalidade.

O papel desempenhado pelas organizações como os clubes, agremiações e fundamentalmente os terreiros religiosos e quilombos, que ao longo da historia, guardaram e guardam os fundamentos de uma cultural ancestral e os princípios de uma identidade cultural é decisivo na apropriação desta nova maneira de pensar a educação o combate ao racismo e o mundo do trabalho.

Concluir a idéia para avançar na Luta

A vivência sentida, percebida e analisada nos Quilombos através de suas ações e atitudes e do comportamento de estranhamento diagnosticado no espaço de sala de aula nestes últimos 16 anos que propiciou a feitura deste artigo precisa ser melhor analisada. Com maior cientificidade e cautela.

A priori possibilitou algumas conclusões não definitivas pois a realidade é dialética e esta sempre em movimento. Todavia auxiliou no entendimento de que mesmo sabendo que não é através da educação que se terá a revolução social que venha acabar com antagonismo de classe e a contradição entre capitã-trabalho, porém ela tem um significativo espaço no contexto da transformação das ideologias racista.

O trabalho enquanto organizador do desenvolvimento humano e da vida em sociedade contém por si importância e contradição intrínseca, de um lado, na sociedade capitalista leva o sujeito social a sua prisão, e por outro, o conduz a sua redenção. As contradições por ele explicita não são apenas de uma classe a outra contudo dentro da mesma classe se expressão através das opressões. O processo de alienação não a penas no seu viés econômico enquanto fetichização da mercadoria coisificação o trabalhador, em seus outros aspectos seja da alienação do homem com o próprio homem ou dele com o conjunto da sociedade não lhe permite perceber a identidade de classe necessária a ruptura desta contração.

Aportar o trabalho em seu princípio educativo possibilita na educação tanto nos espaços formais ou não formais a interação de novas culturas. A incidência deste fato sobre a educação é relevante em virtude da condição de inclusão do negros a sociedade, ou como dito por Marx *O capital se apropria da força de trabalho. ... Ora lê mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que possa gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la.* Esta condição de gerar mais-valia é dada pela educação e o ensino através da qualificação da mão-obra. Esta dimensão contraditória da educação e do trabalho é exatamente o elemento a ser superado e transformado pelo trabalhador tanto no tange a educação quanto ao mundo do trabalho.

Analisar a luta negra de combate ao racismo e a discriminação como dimensão necessária da criação de quadros políticos capazes de organizar o movimento que venha a romper esta contradição é fundamental para o avanço da luta de classes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIKO, Steve. *"Bantu". A Definição de consciência Negra*. Bahia: Núcleo de Estudos Negros "Ubanu"/UNEB, 1971.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia a construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação - Reforma da Educação Superior - Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior - Documento II, 2004.
- BRASIL. Projeto de Lei - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privado, no âmbito da administração pública. 2005.
- BRITO, Luiz Otávio de. *Natureza do Racismo*. Bahia: Núcleo de Estudos Negros "Ubanu"/UNEB, 2005.
- BUARQUE, Cristóvão. *O que é Apartheid – O Apartheid Social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1995.
- DOCUMENTO do grupo de Trabalho Interministerial, 20 out. 2003.
- FERNANDES, Florestan. *Prefacio*. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo De Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1978.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 158-163.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVEIRA, Valter Roberto (orgs.). *Educação e Ações Afirmativas - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

- GRASMICI, Antonio. *Os Intelectuais e Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília : Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e Poder - Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: EDUERJ/UCAM, 2001.
- HENRIQUES, Ricardo. *Valorizando a Diversidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualismo estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 1.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as Faculdades de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.19, n. 63, 1998.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 324-370.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo Gaúcho, Resistência e Trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- MAGGIE, Ivonne. *Cor, hierarquia e Classificação: A diferença fora do lugar*. Trabalho Elaborado para o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/Associação Cultural de Estudos Contemporâneos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- MARX, Karl – A Crítica da Economia Política – pg.14/15, 1982.
- MARX, Karl; FRIEDICH, Engels. *A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo De Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1978.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.